



IX Colóquio Direitos Humanos na Ordem do Dia promovido pelo Grupo Parlamentar Português para a População e Desenvolvimento

Lançamento do Relatório 2014 do UNFPA

Painel: “Jovens em Portugal – Da Oportunidade ao Problema, do Problema à Solução em Matéria de Direitos Humanos”

Intervenção Joana Branco Lopes, Presidente da Direção do CNJ

18 de novembro, Assembleia da República


O Conselho Nacional de Juventude é a plataforma representativa das organizações de juventude de âmbito nacional (políticas, sindicais, confessionais, escutistas, académicas, culturais, lusófonas, mobilidade, educação, formação, saúde, LGBT, entre outras). Com quase 30 anos, que comemorará em 2015, o CNJ integra 38 organizações que por sua vez representam cerca de 500 mil jovens. Em 2006, foi-lhe reconhecido, pela Assembleia da República Portuguesa, o estatuto de principal interlocutor do Estado para as matérias de políticas de juventude, cumprindo-lhe ainda representar nacional e internacionalmente a juventude portuguesa.

Hoje assistimos à apresentação do Relatório do UNFPA 2014 sobre o estado da população mundial e aos números que o compõem. Mas falar sobre números e pessoas que, na maioria dos casos, estão do outro lado do planeta, é relativamente mais fácil – mais difícil, politicamente, é falar sobre a nossa realidade mais próxima, porque é mais simples reunirmos consensos em temas internacionais do que nos nacionais. No entanto, solicitaram-me que falasse da situação dos jovens em Portugal e, portanto, começo também com alguns números.



Conselho
Nacional
Juventude

www.cnj.pt



Segundo o INE, nas estatísticas lançadas em Agosto pelas comemorações do Dia Internacional da Juventude, em 2001, 21,7% da população portuguesa tinha entre 15 e 29 anos; mas em 2011 esse valor situava-se nos 16,8% - ou seja, menos 4,9%. Isto significa que existem, em Portugal, aproximadamente, 1 milhão e 800 mil jovens. Estes números são completamente diferentes dos da população mundial.

Não conseguimos falar da situação dos jovens em Portugal sem falar da situação europeia, pois já não somos apenas cidadãos nacionais, mas também europeus e globais.

Face à crise que a União Europeia atravessa, registou-se uma maior redução orçamental em grande parte das áreas que mais afetam os jovens: na educação, nas famílias, na saúde e na proteção social.

Em 2012, na UE, 15,9% da população jovem entre os 15 e os 29 estava desempregada e/ou fora do sistema de educação e formação: ou seja, 14,6 milhões não estavam na educação, formação ou emprego – são os chamados NEET's.

O investimento na educação dos governos da Grécia, Portugal e Irlanda, desceu 14% entre 2005 e 2010.

Agora em Portugal:

Atualmente, 35,5% dos jovens até aos 25 anos estão desempregados.

Embora numa tendência decrescente, Portugal continua a registar a quinta taxa de desemprego jovem mais elevada da Europa.

Em Portugal, 55% dos jovens perto dos 30 anos ainda vive com os pais, sendo a média europeia de 48%. Portugal está ainda entre aqueles onde há mais jovens a viver em situações de carência extrema e temos mais de 200 mil jovens NEET – fora do emprego, educação ou formação.

Dos jovens empregados, a média de remuneração ronda os 600 euros mensais, generalizando-se a precariedade.





As desigualdades salariais e de vínculo contratual entre mulheres e homens persistem.

A taxa de natalidade em Portugal é a segunda taxa mais baixa da União Europeia e Portugal perdeu quase meio milhão de jovens na última década – este é um retrato de um país com mais problemas do que oportunidades.

Mas é exatamente por isso que é fundamental estarmos aqui hoje a discutir este tema e a colocar os jovens no topo das prioridades, não apenas internacionais mas também nacionais – porque se Portugal já deu tantos mundos ao mundo, é fundamental concentrarmo-nos nas soluções e na geração de novas oportunidades.

O CNJ é membro do Fórum Europeu de Juventude e temos vindo a trabalhar em conjunto com diferentes conselhos nacionais de juventude de toda a Europa e organizações internacionais de jovens, advogando pela garantia do acesso dos jovens aos seus direitos, que não podem deixar de ser garantidos mesmo em tempo de crise, numa perspetiva de direitos humanos. Isto é, defendemos que as decisões políticas não devem basear-se apenas nas necessidades dos jovens, mas sim no respeito pelos seus direitos humanos, partindo do pressuposto de que os jovens têm direito a determinados patamares de bem-estar que têm de ser garantidos.

Sabemos que os direitos estão plasmados em Declarações Universais e/ou Constituições nacionais, mas nem sempre existem políticas coerentes que garantam o acesso aos mesmos, bem como mecanismos de *reporting* sobre abusos.

No entanto, não existe, a nível europeu ou mundial, uma Carta específica que defina quais os direitos dos jovens, e também não é consensual que deva existir – mas falar de jovens é falar de diferentes grupos, necessidades e vontades e é urgente desenvolverem-se políticas que respondam às suas necessidades para que possam aceder aos seus direitos, estarem incluídos na sociedade e participarem ativamente.

Deixo apenas a nota de que no espaço da CPLP já existe uma Carta da Juventude assinada pelos diferentes Estados-Membro e para a qual o CNJ, através do Fórum da Juventude da CPLP, tanto contribuiu desde o início da sua redação.






Mas que direitos específicos são estes que têm de ser garantidos às e aos jovens?

- Autonomia/Emancipação
- Educação e Educação Não Formal
- Participação cívica, política e social
- Trabalho Digno e Emprego de Qualidade
- Liberdade de Expressão
- Não discriminação e igualdade de oportunidades
- Liberdade religiosa e objeção de consciência
- Justiça juvenil
- Mobilidade
- Saúde Sexual e Reprodutiva

Então que política de juventude precisamos para que o nosso país volte a ser um país de oportunidades para os jovens?

- 1) Uma política sistémica que integre as várias dimensões da vida dos jovens;
- 2) Com o devido enquadramento legal, um orçamento considerável – porque investir na juventude é investir no presente e no futuro do país –, com políticas de informação aos jovens, investigação e cooperação interministerial. Esta realidade aplica-se não apenas ao nível nacional, mas igualmente a nível local e europeu;
- 3) Políticas transversais – a política de juventude continua fragmentada e é necessário redefini-la de forma holística, integrada e articulada;
- 4) Garantindo a participação efetiva da juventude nos processos de tomada de decisão que lhe dizem respeito, desburocratizando os processos e espaços de participação, criando e reforçando espaços de democracia participativa (sobretudo ao nível local). Ao nível europeu, gostaria de referir como exemplo de que aquilo que sugiro é possível, o modelo de co-gestão assumido pelo Conselho da Europa, em que jovens e representantes dos governos têm o





mesmo poder de decisão. Do lado dos jovens, quem lidera este órgão é o Paulo Pinheiro, membro do CNJ;

- 5) Avaliação constante e transparente do impacto das políticas;
- 6) Partilha de experiências e práticas.

Só com políticas de juventude inclusivas, que garantam a participação dos jovens na vida democrática e o acesso aos seus direitos, é que conseguiremos garantir que os jovens têm também acesso a oportunidades de se cumprirem enquanto seres humanos.

O CNJ tem hoje como principal preocupação o acesso dos jovens à sua autonomia e emancipação, que só poderá ser garantida através do acesso ao trabalho digno e a empregos de qualidade.

Portugal é um país desenvolvido e não basta termos emprego: os jovens têm direito, tal como os mais velhos, a um trabalho digno, onde possam desenvolver os seus talentos, participar ativamente, que lhes permita constituir a sua própria família (se for essa a sua vontade) e devolver ao país todo o investimento que foi feito ao ser-lhes garantido o acesso à educação – pese embora o desinvestimento que tem existido nesse setor nos últimos anos.

“Somos a geração mais qualificada de sempre” mas não conseguimos sair de casa dos pais antes dos 30, os nossos salários médios rondam os 600 euros, o desemprego jovem em Portugal está acima dos 35%.

Mas mesmo assim não cruzamos os braços: procuramos soluções, somos agentes de mudança e atores de desenvolvimento, e todos os dias vemos exemplos de jovens talentosos que geram novas ideias e novos negócios, muitas vezes criando emprego para si próprios e para outros.

Mas, mais uma vez não chega: precisamos de investir na economia e na criação líquida de emprego, discriminar positivamente as empresas que contratem jovens e garantir que os mesmos são contratados com condições coerentes com os direitos humanos, investir nas indústrias criativas e na identificação de soluções de longo-prazo que





sejam sustentáveis, e não apenas imediatas, e garantir que as diferenças de género não gerem diferenças no que toca ao acesso aos direitos e, portanto, às oportunidades.

Portugal tem agora um papel acrescido na defesa dos Direitos Humanos, ao ter sido eleito para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Os DH pertencem a todas e a todos os cidadãos e importa fazer com que os grupos mais vulneráveis, como os jovens, sejam mais protegidos para garantir que têm acesso aos seus Direitos Humanos, portanto.

Muito obrigada pela vossa atenção.

